



Educação e Desenvolvimento  
na Perspectiva do Direito à Educação

## **8 - POLÍTICAS E GESTÃO EDUCACIONAL**

### **AS FINALIDADES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA UMA ESCOLA CAMPESSINA DE GRAVATÁ-PE: ALGUMAS REFLEXÕES**

**Marcilene Santana da Silva-UFPE/CAA  
Orquídea Maria de Souza Guimarães Paulino-UFPE/CAA**

#### **RESUMO**

O presente artigo apresenta os resultados de um estudo realizado em uma escola pública em Gravatá - PE, que teve como objetivo compreender as finalidades do Projeto Político Pedagógico para uma escola do campo. Utilizamos como aporte teórico as contribuições de Veiga (2004), Santiago (1997) e Medel (2012) debatendo Projeto Político Pedagógico; os estudos de Caldart (2004) sobre educação do campo; além da articulação com o aporte legal da LDB-9394/96 e do Decreto 7.352. A abordagem metodológica baseou-se na pesquisa qualitativa, utilizando como procedimentos de coleta de dados a análise documental e a entrevista semi-estruturada. Os dados coletados mostram que as finalidades do Projeto Político Pedagógico para essa escola do campo não considera a realidade do educando, visto que o currículo abrange outras localidades e não foi decidido junto com os pais e estudantes, mas pela secretaria de educação, além disso, se configura como um único projeto para 54 escolas de base do município, generalizando ações para problemas inexistentes na realidade escolar.

**PALAVRAS CHAVE: Projeto Político Pedagógico. Escola do campo. Finalidades.**

#### **INTRODUÇÃO**

A educação no meio campesino foi conquistada com muita resistência. Caldart (2004) enfatiza o direito que os moradores do campo possuem em ter uma educação pensada desde seu lugar, com a sua participação, interligando sua cultura e suas necessidades.

Entendemos que um dos pressupostos fundamentais é a necessidade de reconhecimento das especificidades do campo, pois este é um local culturalmente rico e que está em constante movimento. Tendo em vista a luta por essa valorização dos povos do campo, despertou-nos o interesse em pesquisar no campo da gestão escolar se as finalidades

do Projeto Político Pedagógico (PPP) para essas escolas contemplam sua realidade. Para responder a essa questão buscamos compreender se as finalidades do PPP contemplam a realidade campesina, identificando a concepção de PPP e suas finalidades para a escola do campo, assim como analisando como ocorre a materialização desse PPP.

Nosso estudo teve como lócus uma escola localizada na área campesina da cidade de Gravatá - PE, que funciona apenas no turno da manhã com uma turma multisseriada que abrange da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental totalizando 20 alunos. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram: a diretora de ensino do município, a coordenadora pedagógica e a professora, que serão identificadas por D1, C1 e P1, de modo a resguardar-lhes a identidade.

## **CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

O PPP da escola é um documento que em sua natureza possibilita a construção da identidade de cada comunidade escolar, visto que sua construção coletiva e autônoma em cada contexto permite que sejam resguardados os objetivos, desejos daqueles que compõe essa realidade. Assim, o PPP de uma escola distancia-se de uma tarefa burocrática, é mais do que uma formalidade [...] é “a aproximação do que se pensa sobre educação, [...] ensino, [...] conteúdos de ensino, sobre o aluno com a prática pedagógica que se realiza nas escolas.” (SANTIAGO, 1997, p. 71).

Nesse viés Veiga (2004) afirma que: “O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado[...] ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.” (p.14).

Nesse sentido, percebemos que não basta construir o projeto, é necessário vivenciá-lo, ou seja, materializá-lo na vivência escolar, a fim de que seus objetivos sejam alcançados.

No que diz respeito à educação do campo, a LDB 9.394/96 em seu artigo 28 estabelece que: “Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural de cada região”. Encontramos também no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, em artigo 2º capítulo IV, os princípios da educação do campo, precisam pautar-se na: “Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo [...]”.

A partir do marco legal, compreendemos que a educação do campo tem direito a ser contemplada com garantia de valorização de sua diversidade. Nesse sentido, o PPP se caracterizará como tal no contexto de escolas campesinas, à medida que busca assegurar que essas especificidades sejam orientadoras de seu planejamento e efetivação.

A construção do PPP envolve planejamento e mobilização dos sujeitos que compõem a realidade escolar. Medel (2012) propõe o trabalho com fichas nas quais sejam registradas as conclusões dos sujeitos em relação a questões que envolvam o currículo, a avaliação, os problemas e as metas propostas para solucioná-los, a concepção de aluno, de professor, de educação e do ensino, tudo sempre partindo da realidade para projetar a perspectiva futura.

## **METODOLOGIA**

A abordagem qualitativa foi direcionadora de nossa pesquisa, pois, de acordo com Minayo (1994, p.21), esta abordagem “responde a questões muito particulares, ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a entrevista semi - estruturada que segundo Lüdke e André (1986) permite a aproximação de quem pesquisa daqueles que se constituem sujeitos participantes, possibilitando o aprofundamento e esclarecimento dos dados coletados. Realizamos as entrevistas individualmente com cada sujeito e em função de não ter sido permitida a gravação, realizamos cada uma com a escrita à medida que os sujeitos falavam.

A análise documental, “[...] de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador” (IDEM, 1986, p.38), se constituiu em outro instrumento de coleta de dados. Analisamos o PPP da escola, a fim de encontrar elementos que dissessem de sua elaboração, finalidades, bem como para observar elementos apresentados pelos sujeitos em suas entrevistas.

A interpretação dos dados foi direcionada pela análise de conteúdo, que segundo Minayo (1994, p.74), “possibilita caminharmos rumo ao desvelamento do que está por trás dos conteúdos manifestados, indo além das aparências do que está sendo comunicado”.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Na análise realizada, percebemos que o PPP das escolas campesinas no município de Gravata - PE é um único que contempla um total de 54 escolas, que são agrupadas em seis

setores de acordo com a proximidade. O PPP analisado foi elaborado no ano de 2007 havendo apenas uma alteração que foi a inserção de um plano de ação para os anos de 2010/2012.

De acordo com P1 a elaboração do PPP ocorreu através de uma reunião na secretaria de educação. “[...] nós elaboramos o PPP na secretaria junto com as coordenadoras de educação do campo [...] fomos divididos em grupos, e cada grupo elaborou uma parte do PPP.”(agosto, 2013). Mesmo não contando com a participação de pais e funcionários essa elaboração não fere os princípios legais, visto que a LDB prevê a participação dos profissionais, como aconteceu em Gravatá. Além disso, a participação da professora era entendida como suficiente, pois a mesma seria representante de sua realidade, para assegurar a inclusão de suas especificidades contextuais.

No que se referem aos objetivos do PPP e sua relação com a aprendizagem, a análise permitiu percebermos que estes se voltam para a formação de cidadãos conscientes de suas contribuições a sociedade. Isso pode ser ilustrado nas falas que se seguem: “O PPP é a “alma” da escola. Nele estão contidos os objetivos, metas a serem alcançadas e os meios para concretizá-los. ” (D1, agosto, 2013). E C1 complementa: “É a identidade da escola [...] busca a intencionalidade, ou seja, o cidadão que quero formar.” (agosto, 2013). Esse posicionamento nos remete ao sentido político de um PPP, pois respeitar a identidade dos sujeitos envolvidos nesse processo é fornecer subsídios para uma atuação constante no meio em que vive, pois se sente reconhecido em suas especificidades.

As finalidades do PPP apontadas pelos sujeitos estão em consonância com o dito no artigo 28 da LDB e o Decreto nº 7.352, visto que entendem a necessidade quanto ao respeito às especificidades local, ao mesmo tempo em que reforçam a necessidade de diferenciação das escolas urbanas: “O PPP do campo não pode ser o mesmo para as escolas da cidade [...]” busca a valorização do meio onde o aluno vive, sem descartar o conhecimento global (P1, agosto, 2013). Analisando o PPP constatamos que não foi resguardada a especificidade daquela comunidade, mas a característica do campo de modo mais amplo, remetendo a missão do PPP à secretaria. “Nossa Secretaria tem por missão assegurar o ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola [...]” (PPP das Escolas de Base, p.7). Assim como a visão de futuro: “Pretendemos nos tornar uma Secretaria de Educação de referência no país, pela qualidade dos serviços que prestamos [...]” (IDEM, p.7).

Apesar de o PPP ser entendido como necessário para orientação de uma ação educativa com vistas à formação crítica e consciente dos alunos atendidos no contexto do campo, sua efetivação parece ter sido prejudicada em função do documento sistematizado não

ter sido enviado para escola, como afirma P1: “O PPP nunca chegou à escola [...]” (agosto, 2013).

Mesmo que tenha sido elaborado com a participação de uma representante da escola, a ausência do documento interfere na possibilidade de sua efetivação como orientadora das práticas escolares, pois o PPP é um orientador da vida da escola.

## CONSIDERAÇÕES

Ao final deste exercício de pesquisa, retomamos nossa inquietação que buscou compreender se as finalidades do PPP para as escolas do campo contemplam essa realidade. Nesse sentido, constatamos que as finalidades do PPP distanciam-se da realidade escolar, pois busca um ideal que não condiz com a realidade, como é o caso do combate a evasão escolar (PPP das Escolas de Base, p.29), tendo em vista que segundo P1 desde que leciona na comunidade, apenas um aluno desistiu nesses onze anos, percebemos então, que essa valorização aconteceu parcialmente, pois o campo foi abordado de modo geral.

Enfim, consideramos que as finalidades do PPP para essa escola do campo não condiz com a total realidade do educando, porém busca “[...] assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (PPP das Escolas de Base, p. 6).

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo, SP: Epu, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, Brasília, 1996.

BRASÍLIA, Diário Oficial da União, **Decreto nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção in ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do Campo**- Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto Político Pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

**PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS DE BASE DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ.** (Acesso em: 02 de abril de 2013).

SANTIAGO, Maria Eliete. **Projeto Político Pedagógico da Escola:** uma contribuição ao planejamento escolar. In: Revista de Administração Educacional. Vol. 1, n. 1. Recife, 1997. P. 69-73.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica:** projeto político-pedagógico; **Educação superior:** projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2004.